

(Re)produção do espaço urbano e seus reflexos sociais

Ednelson Mariano Dota

✉ eddota@yahoo.com.br

IFCH-NEPO/UNICAMP

Palavras-chave: produção do espaço; migração; urbano.

Introdução

Atualmente, a análise do espaço urbano nas grandes aglomerações releva pontos heterogêneos, alguns altamente equipados e com amenidades, outros com pouco ou nenhum acesso à infra-estrutura básica e aos serviços.

O processo de geração desses espaços diferenciados não está ligado apenas ao processo de localização espacial, mas tem base no mercado de terras e na especulação imobiliária, que transformou a terra em mercadoria, propriedade particular, e não mais respondendo ao uso de interesse social. Esse processo tem sido peculiar nas áreas rurais, a partir dos latifúndios improdutivos, e nas áreas urbanas existe da mesma maneira, servindo muitas vezes apenas para a valorização fundiária e à geração de renda a partir da terra.

O interesse na terra passou então a não mais responder conforme a necessidade, mas a materializar-se enquanto capital especulativo. Entra desta forma no processo de reprodução do capital, e os seus proprietários objetivam fazê-la multiplicar, usando para isso todas as armas possíveis, inclusive aquelas que deveriam proteger e zelar pela igualdade social, advindas do Estado. Como exemplo desse processo, a urbanização fragmentada é reflexo desse interesse, visto que os espaços vazios em meio a áreas já urbanizadas tendem a sofrer valorização mais rápida (KOWARICK, 1993, p. 83), principalmente quando equipados pelo Estado.

Objetivos

A partir dessa concepção da produção do espaço urbano, tem-se como objetivos:

- Compreender a (re)produção do espaço urbano nas grandes aglomerações;
- Analisar os impactos sociais dessas alterações e;
- Discutir o papel da migração enquanto fenômeno de resposta/adaptação a essas mudanças;

Resultados

A partir desses objetivos, observamos que as heterogeneidades do espaço assumem papel preponderante para a compreensão dos processos que se desenrolam no urbano, sendo que além das relações espaciais, definidas por Corrêa (2000, p.8) como aquelas que envolvem fluxos (de capital, de decisões, ideológicos), os processos sociais de fluxos, como a mobilidade, são movimentos de adaptação frente à dinâmica do espaço urbano, reação à ação estruturante deste.

O desenvolvimento das técnicas, que possibilitaram a compressão espaço-tempo, flexibilizou diretamente os fatores de localização espacial, tanto por parte das pessoas quanto das indústrias e outras instituições. Num primeiro momento, as indústrias se fixavam próximas à mão-de-obra, que logo em seguida formava uma “vila operária” em torno da construção fabril.

Atualmente, as indústrias se instalam onde as ofertas geradas pela guerra fiscal apresentem vantagens e facilitem a reprodução do capital e a maximização do lucro. Essa liberdade em relação à alocação espacial advém da mobilidade, que aumenta a cada dia a partir das redes rodoviárias e de transporte público, que possibilita o fluxo de pessoas e mercadorias. Nesta perspectiva, o desenvolvimento dos meios de transporte e o investimento em infra-estrutura viária tornaram o espaço metropolitano mais acessível (PEREIRA, 2008, p.16), relativizando assim a escolha pelo local de moradia em relação ao local de trabalho (SOBREIRA, 2007, p.21).

A localização espacial das habitações segue um sentido diferente daquele apresentado pelas indústrias. A renda é fator chave e determina a porção do território a que determinado indivíduo poderá acessar. Em grande parte, para os menos favorecidos são destinadas áreas sem atratividade para o mercado imobiliário, como morros e várzeas. Isto

implica muitas vezes em morar nas periferias distantes, que oneram o tempo e o salário, devido aos longos trajetos casa-trabalho, além de sofrer com a falta de acessibilidade a saúde, educação e infra-estrutura (KOWARICK, 1993), enquanto para a camada mais abastada da população são selecionados espaços com amenidades, como aqueles rodeados por áreas verdes, principalmente para aqueles que buscam a auto-segregação nos condomínios.

Assim, o poder de escolha do espaço de habitação está reservado a menor parte da população, ficando a população pobre à mercê de espaços distantes, desestruturados e menos acessíveis quanto às necessidades básicas. Esse processo, aparentemente natural na verdade é a materialização da desigualdade social, a partir do interesse dos donos do capital e de sua ação sobre o mercado de terras.

Sendo a habitação um dos pontos fundamentais para a qualidade de vida do indivíduo, representando capital físico, a propriedade ou não e a localização da habitação impacta diretamente as condições de vida. Como resposta a esses fatores, resta à população buscar meios de se adaptar, para que possa manter minimamente condições favoráveis, ao menos a sobrevivência. Nesse sentido, um importante processo, e que cada vez mais responde aos fatores estruturantes das grandes aglomerações é a migração.

Esta, a partir da redistribuição populacional possibilita a realocação conforme a escolha (para a população mais abastada), e a disponibilidade, para os menos favorecidos. Isto porque o processo de (re)estruturação do espaço urbano tem a finalidade de reproduzir o capital, produzindo espaços inacessíveis para a maioria, e expulsando alguns outros pela mudança do uso do solo.

Considerações finais

A redistribuição populacional segundo as possibilidades individuais forma espaços homogêneos, segregados a partir do critério de classes. A compreensão desse processo, entretanto, passa primeiro pelo entendimento da importância do espaço, não enquanto receptáculo das ações e dos processos, mas entendê-lo como “a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”

(CORRÊA, 2000, p. 9), que interage para a conformação do urbano como conhecemos.

Entender a migração e a mobilidade populacional, o morar, o trabalhar e a locomoção dependem em grande parte da análise dos processos que se apresentam como pano de fundo, tanto aqueles de nível macro, como as questões econômicas e de organização social e espacial do trabalho, quanto aqueles que atuam a nível local, como o mercado de terras, o mercado imobiliário e as relações desses fatores paralelamente às políticas públicas, que historicamente apresenta importância relevante na (re)organização do espaço, tanto para instituições quanto para a população.

Nesse sentido, a análise desses fenômenos requer o trabalho a partir de várias frentes, de forma que o foco não seja a questão individual, mas sim a compreensão de que os processos estruturais da sociedade moderna incidem diretamente nas condições de vida da população.

Referências bibliográficas

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Editora Ática. São Paulo, 2000.

DOTA, E. M. **Caracterização da Mobilidade Intrametropolitana e seus condicionantes na Região Metropolitana de Campinas pós 2000**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambu, 2010.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, R. H. M. **Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOBREIRA, Daniel Pessini. **A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.